







**Governo do Estado de Mato Grosso**

**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

o Decreto Estadual nº 1.525/2022, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é dispensado para contratações de bens de consumo cujos valores estejam dentro dos limites legais para dispensa de licitação.

- 3.4. Dessa forma, a contratação direta atende ao interesse público e à economicidade da Administração, garantindo a reposição de materiais essenciais sem a necessidade de um processo licitatório complexo, conforme permitido pelo marco regulatório vigente. "

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de serviços e compras;*

- 3.5. A aquisição dos materiais necessários para compra direta, conforme a legislação vigente 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto 1.525 de 23 de novembro de 2022.
- 3.6. A aquisição das bandeiras justifica-se pela necessidade de garantir a representação oficial dos municípios e unidades administrativas estaduais, assegurando a continuidade dos protocolos institucionais.
- 3.7. A Lei nº 5.700/71 determina a obrigatoriedade da ostentação das bandeiras nos prédios públicos, sendo um símbolo de identidade cívica e pertencimento.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**4.1. Prazo de execução.**

- 4.2. O prazo de entrega dos produtos será de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento formal da ordem de fornecimento do órgão ou entidade contratante.

**4.3. Local de execução.**

- 4.4. Os bens deverão ser entregues de forma única imediata, no Setor de Almoxarifado da Coordenadoria de Serviços e Patrimônio – CPS da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, sito à Rua Transversal, Bloco III - Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, nos dias e horário de expediente da Secretaria de segunda à sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00hs), mediante agendamento de data e horário, com comunicação antecipada de 24 (vinte e quatro) horas ao responsável pelo recebimento, para não ocasionar transtornos nas atividades rotineiras. Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado, nem em feriados e recesso.

**4.5. Forma de execução.**

- 4.6. O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados.

HASH: 185d8b11850c6f5dc02086564185905153a7d8fe7d8633232560a2719079. Documento assinado digitalmente, válido em https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/flowbee-public/publico/documentos/validar/?i=7570KENW7DYUBX-QHV2-MTPK-AUK5. Assinado por: KEYLA DA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTIMIANO NASCIMENTO em 13/03/2025. Juntado em 13/03/2025 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.







**Governo do Estado de Mato Grosso**

## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

## 6. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Estadual n.º 1.525/2022 e da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.
- 6.4. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, respeitadas as exigências do art. 308 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos, conforme § 4º do art. 308 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.
- 6.5. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.
- 6.6. Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:
  - 9.7.1. **Gestor do Contrato** – Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do bem às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser indicado em Contrato, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 14 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, bem como:
    - 9.7.1.1. Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável.
    - 9.7.1.2. Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais
- 6.7. **Fiscal do Contrato** – Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 15 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, bem como:
  - 9.8.1. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso.
  - 9.8.2. Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas no art. 312 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

Página 5 de 24









## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**7.1.4.** O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

**7.2.1.** Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por **servidor ou comissão** designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:

**7.2.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens entregues, com base nos Relatórios e documentações apresentadas:**

**7.2.4.** Realizar a aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os bens fornecidos.

**7.2.5.** Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

**8.1.** A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma do art. 131, § 1º do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

**8.2.** A Licitante deverá apresentar, a título de habilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, além de declarações legalmente exigíveis e outros documentos exigidos por legislação específica ao objeto licitado, conforme documentos relacionados na sequência.

Página 7 de 24



SEPLAGCAP202510070A





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**8.3. Habilitação jurídica:**

- 8.3.1.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.
- 8.3.2.** Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.
- 8.3.3.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.
- 8.3.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.3.5.** No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.3.6.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.3.7.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.3.8.** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3.9.** Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual.
- 8.3.10.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 8.3.11.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.
- 8.3.12.** Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.







## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

#### 8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

**8.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.4.3.** Prova de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso, o que deve ser providenciado mediante a apresentação de certidão emitida conjuntamente pela SEFAZ/MT e pela PGE/MT, na forma da Portaria Conjunta 008/2018-PGE/SEFAZ.

**8.4.4.** Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada também prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

**8.4.5.** Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedidas pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

**8.4.6. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede da licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.**

#### 8.4.7. Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**8.4.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.4.9.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da lei de regência.

**8.4.10.** No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar n.º 123/2006.

#### 8.5. Habilitação econômico-financeira:

**8.5.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.**

Página 9 de 24



**HASH:** b95df6f80c05bcad2d08e664189905f3a7d8fe7d86332325faab719079. Documento assinado digitalmente, valide em <https://aquiloesesepag.mt.gov.br/viewflow-ee-pub/#publico/documentos/validar/%?%TBTOKEN=NDYUYUBX-QHVZ-MTPK-AUK5>. Assinado por KEVILA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTINIANO MASIERO em 10/03/2025. BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 13/03/2025. Juntado em 13/03/2025 às 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.

SEPLAGCAP202510070A



## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

- Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_

## Passivo Circulante

- 8.5.5.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5 % (cinco por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.5.6.** A exigência desses requisitos é necessária, tendo em vista que trata-se de uma contratação pra 12 (doze) meses.
- 8.5.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Página 10 de 24







## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

- [illegible]





## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.8.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.1.** Em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, esta licitação é de **participação exclusiva** das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais definidas na referida Lei.

**9.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar n.º 147/2014, ou que, nessa condição, estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.

**10.1.** Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

**11.1. Não será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas.**

**12.1. Julgamento visará o menor preço do item.**



**HASH:** b95d6f1890cc5bcad2c0866641699051f3a7df8fe7486333235fa3b719079. Documento assinado digitalmente; valide em <https://aquilicoes.segaj.mt.gov.br/followee-pub/#publico/documentos/validar%7Btoken%7D/YUBX-QHVZ-MTPK-AJK5>, Assinado por KEYLA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTINIANO MASIERO em 10/03/2025. BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 13/03/2025. Juriatido em 13/03/2025 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.



SEPLAGCAP202510070A





Governo do Estado de Mato Grosso

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

- 12.2.** O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais.
- 12.3.** As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 11.101  
Ação (PAOE): 2558  
Categoria/Grupo de despesa: 501  
Fonte de despesa: 1.500.0000  
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.027

**14. GARANTIA CONTRATUAL**

- 14.1.** Não haverá exigência da garantia contratual, pelas razões abaixo justificadas:
- 14.2.** Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, conforme item 1.1.1. deste Termo de Referência, não havendo a necessidade de garantia, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

**15. PAGAMENTO**

- 15.1.** Não haverá pagamento antecipado.
- 15.2.** O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, e análise dos documentos que compõem o processo de pagamento.
- 15.2.1.** As operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, regulamentado pelo Artigo 355, §6º do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

HASH: b85d8b1890cc6f5dc02086564185890513a7d8f67d86332323560a2719079. Documento assinado digitalmente, válido em <https://aquilicos.seplag.mt.gov.br/flowbee-public/publico/documentos/validar/%7BTOKEN%7D/YUBX-QHV2-MTPK-AUK5>. Assinado por KEYLA DA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTIMIANO NASIERO em 10/03/2025. BASÍLIO BEZERRA GUMARAES DOS SANTOS em 13/03/2025. Juntado em 13/03/2025 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.







**Governo do Estado de Mato Grosso**

**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**20.1.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

**18. PREPOSTO**

**18.1.** O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

**18.1.1.** O preposto deverá ser designado no ato da assinatura do contrato, indicando o nome completo, número do CPF ou documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**18.1.2.** O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição do contratante, devendo, contudo, serem observadas todas as exigências relativas à sua vinculação ao Contrato.

**18.2.** As comunicações entre o contratante e o contratado, representado por seu preposto, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**18.3.** A manutenção do preposto da empresa, durante todo o período de vigência do contrato, poderá ser recusada pelo contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**18.4.** O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**18.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o preposto do contratado para reunião inicial, na qual será apresentado o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**18.6.** São atribuições do Preposto, dentre outras:

**18.6.1.** Comandar, coordenar e controlar a execução do contrato.

**18.6.2.** Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações do contratante, além da segurança dos empregados do contratado colocados à disposição do contratante.

**18.6.3.** Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da Fiscalização e das autoridades do contratante.

**18.6.4.** Acatar as orientações do contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, desde que de acordo com a legalidade.

HASH: b85d8b18890cc6f5dc02086564185890513a7d8f67d8633232560a2b719079. Documento assinado digitalmente, válido em <https://arquivos.seplag.mt.gov.br/flowbee-public/publico/documentos/validar/%7BTOKEN%7D/YUBX-QHV2-MTPK-AUK5>. Assinado por KEYLA DA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTIMIANO NASCIMENTO em 10/03/2025. BASÍLIO BEZERRA GUMARÃES DOS SANTOS em 13/03/2025. Juntado em 13/03/2025 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.



**Governo do Estado de Mato Grosso****SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

- 18.6.5.** Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela Fiscalização e/ou pelas autoridades do contratante, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil.
- 18.6.6.** Reportar-se à Fiscalização do contratante para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do fornecimento dos bens e das demais obrigações contratuais.
- 18.6.7.** Estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos bens entregues e atender prontamente a quaisquer solicitações do contratante.
- 18.6.8.** Relatar à Fiscalização, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada.
- 18.6.9.** Adotar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas no fornecimento dos bens contratados.
- 18.6.10.** Garantir que os empregados se reportem sempre ao contratado, primeiramente, e não à Fiscalização e/ou aos servidores do contratante, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual.
- 18.6.11.** Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação do objeto contratado.
- 18.6.12.** Apor assinatura em documento/relatório de avaliação da execução do objeto contratado, quando este não for remetido por mensagem eletrônica com confirmação de recebimento.
- 18.6.13.** Encaminhar à Fiscalização do contratante todas as Notas Fiscais/Faturas dos bens entregues, bem como toda a documentação complementar exigida.

**19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 19.1.** Comparecer, quando convocado, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho específica no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sendo o mesmo prazo para retirada da Ordem de Fornecimento.
- 19.2.** Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 19.3.** Fornecer os bens, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores resultados.
- 19.4.** Os bens serão entregues de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.
- 19.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos bens, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

Página 17 de 24



HASH: b65d8b1850cc6f5dc020865664185890513a7d8fe7d8633232560a2b719079. Documento assinado digitalmente, válido em <https://aquilicoes.seplag.mt.gov.br/flowbee-public/publico/documentos/validar/%7BTOKEN%7DYUBX-QHV2-MTPK-AUK5>. Assinado por KEYLA DA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTIMIANO MASTERO em 10/03/2025. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS em 13/03/2025. Juntado em 13/03/2025 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.



SEPLAGCAP202510070A



## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

- HASH: b8c9dfbf1890cf65dbcd270d86664-828905f13af7d8fe7d68333235fdca82b719079. Documento assinado digitalmente, válido em https://arquivos.spgap.mt.gov.br/arquivos-pub/#publico/documentos/validar/%7B%7D%7D%7DYUBX-QHV2-MTPK-AUK5. Assinado por KEYLA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025, KAROL MARTINIANO MASIERO em 10/03/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 13/03/2025. Junto em 13/03/2025 às 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.





**Governo do Estado de Mato Grosso****SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

- 19.14.2.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.
- 19.14.3.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 19.14.4.** Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.
- 19.14.5.** Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 19.14.6.** Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do contratante, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- 19.14.7.** Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 19.15.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.16.** Emitir Nota Fiscal, discriminando os produtos entregues no período, de acordo com a especificação constante no item 02 do Termo de Referência.
- 19.17.** Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º 14.133/2021, Decreto Estadual n.º 1.525/2022 e Instrução Normativa n.º 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.

**20. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 20.1.** Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.
- 20.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.





**Governo do Estado de Mato Grosso**

**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

- 20.3.** Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
- 20.4.** Disponibilizar local adequado para a entrega dos produtos.
- 20.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à continuidade da execução do objeto, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.
- 20.6.** Avaliar a qualidade dos produtos entregues, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.
- 23.6.1.** Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o produto, sanando as impropriedades.
- 20.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.
- 20.8.** Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante do fornecimento dos produtos, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.
- 20.9.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.
- 20.10.** Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei n.º 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.973/2013).
- 20.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**21. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 21.1.** O prazo de garantia contratual dos bens é de, no mínimo, 6 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 21.2.** A contratada deverá fornecer o(s) bem(ns) em excelente(s) condições de uso;
- 21.3.** Caso o bem tenha validade indeterminada, deverá a Contratada fornecê-lo com no mínimo 01 (um) ano de fabricação.
- 21.4.** A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante







## SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

- [illegible]



**Governo do Estado de Mato Grosso****SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

- 24.15.** As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15(quinze) dias úteis a contar de sua intimação, observados os termos do artigo 157 ou do artigo 158 da Lei 14.133/2021, a depender do caso;
- 24.16.** No caso de aplicação de penalidades, o CONTRATANTE deve informar a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento– SEPLAG/MT, para providências quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.
- 24.17.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente;
- 24.18.** A sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao CONTRATANTE;
- 24.19.** Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
- 24.20.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**25. LEGISLAÇÃO APLICADA**

- 25.1.** Lei n.º 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 25.2.** Lei Estadual n.º 7.692/2002 - Regula o processo administrativo.
- 25.3.** Decreto Estadual n.º 1.525/2022 – Regulamenta a Lei n.º 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso.
- 25.4.** Lei Complementar n.º 123/2006 – Normas ME e EPP.
- 25.5.** Lei Estadual Complementar n.º 605/2018 – ME, EPP e MEI.
- 25.6.** Lei n.º 12.690/2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.
- 25.7.** Lei complementar n.º 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
- 25.8.** Instrução Normativa n.º 1.234/2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.
- 25.9.** Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

**26. ANEXOS**

- 26.1.** São partes integrantes deste Termo de Referência:
- 26.2.** Pesquisa de Preços
- 26.3.** Termo de Compromisso e Responsabilidade dos Fiscais.

Data da assinatura digital.



Página 23 de 24

HASH: b85d8b18890c6f5dc020865664185890513a7d8fe7d8633232560a2b719079. Documento assinado digitalmente, válido em <https://aquilicos.seplag.mt.gov.br/flowbee-public/publico/documentos/validar/%7BTOKEN%7DYUBX-QHV2-MTPK-AUK5>. Assinado por KEYLA DA SILVA RONDON PEREIRA em 07/03/2025. KAROL MARTIMIANO NASIERO em 10/03/2025. BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 13/03/2025. Juntado em 13/03/2025 15:02:08 por SAMUEL RANGEL.



SEPLAGCAP202510070A







### Da necessidade de contratação

Ressalta-se que os demais itens da referida ARP foram aditivados, e, em que pese o item 10 ter objeto similar, o material ali constante é frágil e de rápido desgaste, não sendo adequado para atender às demandas da Unidade da Prefeitura do Centro Político e Administrativo. Assim, a carência do item 09 inviabiliza sua utilização para atender à demanda em questão.



SEPI AGCAP202510070A



